

Atraso em verbas federais emperra projetos

Santos acusa R\$ 6 milhões pendentes do Governo Federal, para área social e obras; nas demais cidades da região, repasse está normal

MAURÍCIO MARTINS

DA REDAÇÃO

Os atrasos de repasses do Governo Federal para Santos já somam pouco mais de 6 milhões, segundo contas feitas pela Prefeitura. O montante é resultado de convênios assinados entre Município e União para obras na Zona Noroeste e serviços na área de assistência social. A demora na liberação do dinheiro prejudica a execução de projetos em andamento na Cidade.

O maior valor devido é relativo à participação da União no Programa de Macrodrenagem da Zona Noroeste, o Santos Novos Tempos: são R\$ 3,9 milhões em atraso. Os recursos são do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 e o contrato foi assinado com o Ministério das Cidades.

O total corresponde aos serviços realizados de outubro de 2014 a março de 2015, que têm como objetivo combater as enchentes. Um deles é a dragagem do Rio São Jorge, no Bom Retiro, cujo valor do contrato é R\$ 16,4 milhões – incluindo a contrapartida do Município.

Apesar de o pagamento não ter sido feito, a Prefeitura garante que não vai interromper os trabalhos para não correr riscos de perder o que já foi executado. A obra foi iniciada em janeiro de 2014, com previsão de execução em 18 meses. Atualmente, 83% dos serviços estão concluídos, embora em ritmo lento, diz a Administração.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social (Seas) tem R\$ 1,6 milhão para receber do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), por conta de convênios e execução direta dos serviços. Alguns repasses são devidos desde setembro do ano passado.

Desse total, R\$ 259.865,77 são relativos às dívidas desde janeiro com oito entidades conveniadas e a várias áreas de atuação da Seas (veja quadros). “Apesar desses atrasos, nenhum atendimento foi suspenso ou interrompido e os serviços estão sendo mantidos pelos recursos próprios. O débito atinge toda a política de assistência social”, diz a Prefeitura.

OBRA PARADA

Conforme já noticiou A Tribuna, a obra de



O maior valor devido é de R\$ 3,9 milhões, do PAC 2, para o projeto Santos Novos Tempos, de macrodrenagem na Zona Noroeste da Cidade



reformulação da Praça da Paz Universal, na Zona Noroeste, está parada. Segundo a Prefeitura, a União deve R\$ 427,5 mil para esse projeto, feito em parceria com o Ministério da Cultura.

Por isso, o Município parou os trabalhos no local, onde seria construído um Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) – equipamento padrão do Governo Federal.

Obras

Empreendimento	Valor total	(em R\$)			Gestor	Status
		Valor repasse Governo Federal	Contrapartida Prefeitura	Obra executada e valor não recebido		
Drenagem - Santos Novos Tempos	205.247.435,89	180.000.001,00	25.247.434,89	3.986.685,89	Ministério de Cidades	Obra em ritmo lento
CEU - Praça da Paz	4.493.867,15	3.500.000,00	993.867,15	427.524,00	Ministério da Cultura	Obra parada

Fonte: Prefeitura Municipal de Santos

Resposta

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) afirma que em 2014 repassou mais de R\$ 2,3 milhões para os serviços e programas de assistência social em Santos. “Na conta do município, no Fundo Nacional de Assistência Social, existem cerca de R\$ 1,1 milhão que ainda não foi utilizado pela Prefeitura em ações nessa área. Desta forma, não procede a informação de que não existem recursos para ações assistenciais no Município”, diz, em nota. Já o Ministério da Cultura informa que a Diretoria de Infraestrutura Cultural (Dinc/MinC) autorizou a Caixa Econômica Federal a liberar R\$ 683.568,18 para o CEU de Santos na última terça-feira. “O ministério apenas libera os recursos após a parcela da obra ser executada e aferida pela Caixa”. O Ministério das Cidades, responsável pela liberação de verbas do PAC (macrodrenagem da Zona Noroeste), não enviou resposta.

Verbas federais

Entidade	Repasso mensal (R\$)	Valor em atraso (R\$)
Vó Benedita	20.296,92	60.890,76
Santo Expedito	3.750,00	11.250,00
Anália Franco	14.141,67	42.425,01
30 de Julho	10.000,00	30.000,00
Albergue Noturno	15.000,00	45.000,00
Casa do Paraplégico	10.000,00	30.000,00
Educandário Santista	27.000,00	27.000,00
ASPPE	13.300,00	13.300,00

Fonte: Prefeitura de Santos

Reforma da Praça da Paz Universal, na Zona Noroeste, está parada por causa do atraso no repasse das verbas do Governo Federal

Atendimento

Nichos	Valores devidos (R\$)
Bolsa Família	129.052,80
População de rua	130.000,00
Proteção a Famílias e Indivíduos	156.000,00
Creas-ZN	52.800,00
Crianças e Adolescentes	524.750,00
Cras	68.400,00
Atendimento à Família	432.000,00
Índice Geral	46.041,48
Descentralizado	

Outros municípios negam problemas

Enquanto Santos reclama dos atrasos, as outras cidades da região negam que ocorra qualquer problema com a União. O dinheiro chegaria normalmente para os projetos nos outros municípios.

A Secretaria Municipal de Planejamento de Guarujá firma que tem 13 convênios com o Governo Federal, com vários ministérios. Mas garante que não há obra paralisada ou atraso de repasses.

Com a União, Guarujá tem contrato para infraestrutura de vias em Vicente de Carvalho, o prolongamento da Don Pedro, a reforma e revitalização do Ginásio Guaibê, a modernização do Restaurante Popular Santo Antônio, a reurbanização da Praça Horácio Lafer, a urbanização do Mirante do Morro das Galhetas e a urbanização do Mirante do Moro da Campina.

A Prefeitura de Praia Grande informa que o Município tem 29 contratos assinados e em vigor no momento, na esfera federal, divididos em 21 repasses diretos, três convênios, quatro contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e um com o programa Minha Casa Minha Vida. Todos os repasses estão regulares e dentro dos prazos estabelecidos.

OUTROS LOCAIS

Em Cubatão, também não há atraso por parte do Governo Federal. No momento, a Prefeitura possui 51 convênios em execução com a União, a maioria na área da saúde.

A Administração de Peruíbe também afirma que não há dívidas federais. “Não houve atraso no repasse dos convênios. Todos os convênios firmados estão sendo pagos conforme apresentação das respectivas medições das obras”.

Bertioga tem sete convênios e mais oito contratos de repasse com a União. Afirma que só teve problemas com uma obra do PAC, a de implantação de sistema de macrodrenagem e microdrenagem, canalização e pavimentação no bairro Indaiá. Houve demora para o recebimento das verbas, mas os trabalhos já foram retomados.

As prefeituras de São Vicente, Itanhaém e Mongaguá não retornaram o contato feito pela Reportagem.

Programa ajuda na busca de recursos

O Instituto Pólis lançou o projeto Observatório Litoral Sustentável da Baixada Santista para capacitar técnicos das prefeituras e facilitar a busca de recursos para projetos nos governos estadual e federal.

O programa, antes chamado de Litoral Sustentável, realizou um diagnóstico em diversas áreas, evidenciando necessidades e potencialidades da região, como habitação, saúde, educação, turismo, desenvolvimento econômico e mobilidade.

Para a coordenadora de monitoramento do Observatório, a arquiteta Danielle Klintonowicz, mais do que qualificar as prefeituras, é importante mudar a forma de estruturação dos financiamentos feitos pelo Governo federal.

“Hoje, a União abre seleção

pública para alguma área específica e os municípios se cadastram. Mas essa seleção pode não ser sensível aos problemas municipais, ela é generalizada”, diz a arquiteta.

FALTA DE OPÇÃO

Ela explica que um financiamento para drenagem, por exemplo, pode não ser a prioridade para determinados municípios, mas eles se cadastram para participar por falta de outras opções. “O Governo Federal não consulta os municípios, com isso o planejamento municipal fica muito prejudicado”, afirma Danielle.

A ideia é usar o observatório para inverter essa lógica. “O Governo Federal, na última década, se estruturou muito para a cidade, e

o aspecto regional não ficou casado. Aqui temos a Agem (Agência Metropolitana da Baixada Santista), mas que está muito desconectada com a União”.

A arquiteta acha que as cidades da Baixada Santista ainda pensam individualmente e devem se estruturar de forma regional. Assim, poderia pleitear verbas que não seriam restritas apenas ao projeto direcionado por Brasília, mas para o que realmente precisam.

“O Governo Federal poderia ter repasses menos diretos, como acontece para saúde e educação. Os financiamentos nessas áreas não são tão quadrados. Uma parte é carimbada para custeio e investimento, mas outra pode ser investida onde o município tem prioridade”.

Leitura rápida

Imóveis Redução de limite para financiamento

A Caixa Econômica Federal reduz a partir de hoje o limite de financiamento para imóveis usados com recursos da poupança. Os valores passam de 80% para 50% do total do imóvel nas operações do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e de 70% para 40% no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

Cubatão Bazar Empreendedor do Dia das Mães

Presentes artesanais poderão ser adquiridos de 5 a 8 de maio, das 8 às 17 horas, no saguão da Prefeitura de Cubatão. Entre as opções, estão camisetas, artigos de cozinha e enfeites. Mais informações pelo telefone 3375-2715. O Paço Municipal fica na Praça dos Emancipadores, s/nº, na Vila Couto.

Conferência OAB Santos realiza Conferência

A 1ª Conferência Nacional de Dano Ambiental contará com estudo de caso do incêndio na Alemoa. Está prevista a participação do Ministério do Meio Ambiente, de secretarias de Estado, Ministério Público e outros órgãos. Amanhã, às 9h30, na Praça José Bonifácio, 55 - Centro - Santos.